

ESTADO DE MATO GROSSO

Câmara Municipal de Cáceres

Rua General Osório, Esq. c/ Coronel José Dulcé, s/nº - CEP: 78200-000
Fone: (65) 3223-1707 - Fax: 3223-6862 - Cáceres - MT

Site: www.camaracaceres.mt.gov.br

INTERESSADA: **Valdeníria Dutra Ferreira - PSDB**

ASSUNTO: Projeto de Lei Nº 46, de 16 de novembro de 2017.
"Dispõe sobre a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados pelas secretarias municipais do Município de Cáceres/MT"

PROTOCOLO Nº: **2559/2017.**

DATA DA ENTRADA: **16/11/2017.**

DATA DA APROVAÇÃO: **20/12/2017**

LIDO
Na Sessão de:

NA SESSÃO DE:

APROVADO / 1º TURNO

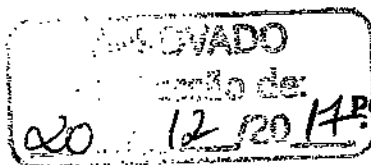
SALA DAS SESSÕES: ____/____/____

APROVADO / 2º TURNO

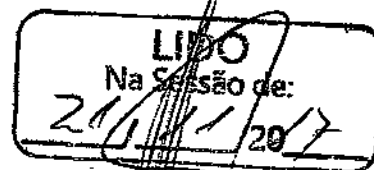
SALA DAS SESSÕES: ____/____/____

DATA	COMISSÕES
	<input checked="" type="checkbox"/> Constituição, Justiça, Trabalho e Redação
	<input checked="" type="checkbox"/> Economia, Finanças e Planejamento
	<input type="checkbox"/> Saúde, Higiene e Promoção Social
	<input type="checkbox"/> Educação, Desportos, Cultura e Turismo
	<input type="checkbox"/> Transportes, Urbanismo, Serviços e Obras Públicas
	<input type="checkbox"/> Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
	<input checked="" type="checkbox"/> Fiscalização e Controle
	<input type="checkbox"/> Especial
	<input type="checkbox"/> Mista

OBSERVAÇÕES:



PODER LEGISLATIVO DE CÁCERES
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA A SERVIÇO DO POVO



PROTOCOLO Em 16/11/2017 Hrs 10:40 Sob nº 2559 Ass: [assinatura]	<input checked="" type="checkbox"/>	Projetos De Lei	Nº 46 / 2017	APROVADO
		Projeto De Decreto Legislativo		Presidente da Câmara
		Projeto De Resolução		
		Requerimento		REJEITADO
		Indicação		
		Moção		Presidente da Câmara
		Emenda		

PROJETO DE LEI Nº 46 DE 16 DE Novembro DE 2017.

"Dispõe sobre prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados pelas secretarias municipais do Município de Cáceres/ MT".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas, previstas no artigo 74, IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres – MT aprovou e eu sancionarei a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica estabelecido que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, todas as Secretarias do Poder Executivo Municipal prestará contas em relação aos recursos recebidos e aplicados no quadrimestre anterior com audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, no que couber.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 17 de Novembro de 2017.

Audilio Henrique
Vereador - PSDB
2017/2020

Ver. Valdenir D. Ferreira – PSDB
Autora

Elias Pereira da Silva
Vereador - PT do B
2017/2020



PODER LEGISLATIVO DE CÁCERES
ÉTICA E TRANSPARÊNCIA A SERVIÇO DO POVO

PROTOCOLO Em ____/____/____ Hrs ____ Sob nº ____ Ass.: ____	<input checked="" type="checkbox"/>	Projetos De Lei	Nº ____/____	APROVADO
		Projeto De Decreto Legislativo		Presidente da Câmara
		Projeto De Resolução		
		Requerimento		REJEITADO
		Indicação		Presidente da Câmara
		Moção		
		Emenda		

Justificação

O princípio da prestação de contas em uma democracia não é um dever de eleitos e governantes, é também uma forma de envolver os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito, ao contrário da prática ditatorial que os remete para a posição de sujeitos passivos e os transforma em vítimas de um destino que se abate sobre as suas cabeças.

A participação da sociedade dialogando com o Estado e realizando o controle social é muito importante para garantir que os gastos públicos atendam, de fato, as necessidades prioritárias da população, para melhorar os níveis de oferta e de qualidade dos serviços públicos.

Sendo assim, o presente projeto de lei proporcionará aos cidadãos de nosso município o direito irrefutável de tomar conhecimento dos gastos públicos municipais.

Contando com o apoio dos Edis na aprovação deste projeto, coloco-o para apreciação e conhecimento de todos os Vereadores.

Sala das Sessões, 17 de Novembro de 2017.

Audio Henrique
Vereador - PSDB
2017/2020

Ver. Valdenir D. Ferreira – PSDB
Autora

Elias Pereira da Silva
Vereador - PT do B
2017/2020



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 402/2017.

Referência: Processo nº 2.559/2017.

Assunto: Projeto de Lei nº 46 de 16 de novembro de 2017.

Interessado: Ver. Valdeníria Dutra Ferreira - PSDB

Assinado por: Ver. Valdeníria Dutra Ferreira - PSDB

I - DO RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 46 de 16 de novembro de 2017, dispõe sobre a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados pelas secretarias municipais do Município de Cáceres/MT.

Este é o Relatório.

II - DO VOTO DO RELATOR:

O art. 38 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, prevê que à Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação compete manifestar-se a respeito de todos os assuntos quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico, e quanto ao mérito das proposições, nos casos especificados nos incisos I ao XV, do referido artigo.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

Em análise ao presente projeto de lei, verificamos que o mesmo traz previsão de que se torna obrigatório a todas as secretarias do município de Cáceres, a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados durante o exercício fiscal.

A obrigação de prestar contas já é prevista ao Poder Executivo, porém, ela é feita em relação somente ao cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública perante a Comissão Mista.

Vejamos a previsão do artigo 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

"Art. 9º (...)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais." (grifamos)

Nesse contexto, a publicidade dos atos praticados por cada órgão do município, propiciará a participação popular nas ações realizadas pelas Secretarias Municipais, bem como dará amplo acesso à informação ao cidadão, propiciando uma maior articulação entre o Município e a população.

Baseando nos fundamentos acima citados, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 46 de 16 de novembro de 2017.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

III - DECISÃO DA COMISSÃO

A comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 46 de 16 de novembro de 2017.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2017.


Cézare Pastorello - PSDB
PRESIDENTE


José Eduardo Ramsay Torres - PSC
RELATOR


Rubens Macedo - PTB
MEMBRO

**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Parecer nº 374/2017,

Referência: Protocolo nº 2238/2017.

Assunto: Projeto de Lei nº 46, de 16 de novembro de 2017.

Interessado (a): Valdeniria Dutra Ferreira e Câmara Municipal de Cáceres.

Assinado por: Valdeniria Dutra Ferreira PSDB.

RELATÓRIO

O presente parecer refere-se ao Projeto de Lei nº 43, de 16 de novembro de 2017, que dispõe sobre a prestação de contas dos recursos recebidos e aplicados pelas secretarias municipais de Cáceres.

Este é o Relatório.

DA ANÁLISE

A matéria em análise, qual seja, o Projeto de Lei nº 43, de 16 de novembro de 2017, é de competência privativa do Município de Cáceres, pois legisla sobre assuntos de interesse local, conforme preceitua o artigo 30, inciso I da Constituição Federal.

Devemos citar o presente projeto de lei é uma medida moralizadora, a fim de se buscar mostrar a sociedade como é gasto do dinheiro do contribuinte.

Assim, sabendo que o presente Projeto de Lei, preenche os requisitos legais por estar calcado em lei infralegal.

Este é a fundamentação.

DO VOTO DO RELATOR

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

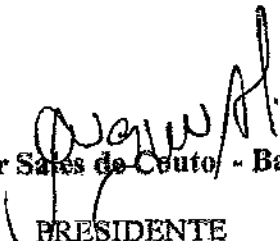
Baseando nos fundamentos citados, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 43, de 16 de novembro de 2017.

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização e Controle, acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela aprovação do Projeto de Lei nº 43, de 16 de novembro de 2017.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2017.


Wagner Sales de Couto - Barone

PRESIDENTE


Claudio Henrique Donatoni - PSDB

RELATOR


Rosinei Neves da Silva - PV

MEMBRO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Memorando nº 12/2018-GV/CC

Cáceres – MT, 10 de Maio de 2018.

De: Ver. Creude Castrillon

Para: Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Em 10 / 05 / 2018

Horas 11:44 Sobnº 1443

Ass. J. B. M.

Protocolo Interno

Assunto: Retificação do Requerimento de nº 57/2018.

Prezado(a)

Venho por meio deste, solicitar dessa secretaria legislativa a retificação do item “i” (primeiro item) do Requerimento nº 57/2018.

Assim, onde se lê:

Se o terreno ocupado pela Empresa Madesul, situado na Avenida 7 de Setembro, Centro, nº 683, nesta cidade, é propriedade do Município.

Leia-se:

Existe um terreno, localizado em frente à sede da Empresa Madesul, nos fundos do cemitério, que estava sendo ocupado pela referida empresa para colocar caminhões, caçambas, britas, areia. Assim, requer-se informações sobre quem é o proprietário do citado imóvel, localizado na Av. 7 de Setembro, em frente à sede da Empresa, nos fundos do cemitério.

Diante do exposto, requer encaminhamento deste pedido de retificação ao Poder Executivo, **com urgência.**

Certo de contar com a vossa colaboração,
Atenciosamente,

Creude de Arruda Castrillon
Podemos



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

Memorando nº 12/2018-GV/CC

Cáceres – MT, 10 de Maio de 2018.

De: Ver. Creude Castrillon

Para: Secretaria Legislativa

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

Em 10 / 05 / 2018

Horas 11:44 Sobnº 1443

Ass. [assinatura]
Protocolo Interno

Assunto: Retificação do Requerimento de nº 57/2018.

Prezado(a)

Venho por meio deste, solicitar dessa secretaria legislativa a retificação do item “i” (primeiro item) do Requerimento nº 57/2018.

Assim, **onde se lê:**

Se o terreno ocupado pela Empresa Madesul, situado na Avenida 7 de Setembro, Centro, nº 683, nesta cidade, é propriedade do Município.

Leia-se:

Existe um terreno, localizado em frente à sede da Empresa Madesul, nos fundos do cemitério, que estava sendo ocupado pela referida empresa para colocar caminhões, caçambas, britas, areia. Assim, requer-se informações sobre quem é o proprietário do citado imóvel, localizado na Av. 7 de Setembro, em frente à sede da Empresa, nos fundos do cemitério.

Diante do exposto, requer encaminhamento deste pedido de retificação ao Poder Executivo, **com urgência.**

Certo de contar com a vossa colaboração,
Atenciosamente,

Creude de Arruda Castrillon
Podemos